

PREFÁCIO

O crime de lavagem de dinheiro, sem dúvida alguma, é um dos temas penais mais debatidos na academia brasileira. Antes pouco conhecido e comentado, passou nos últimos tempos a ocupar um espaço central nos tratados dogmáticos, tribunais, e mesmo nas páginas de jornais.

Uma das razões para isso foi a percepção, por parte dos formuladores de políticas criminais, de que identificar o produto do crime é uma das formas mais eficientes para combater as grandes organizações criminosas. Rastrear os proveitos econômicos dessas entidades e congelar seus ativos é tão importante quanto a prisão de seus líderes, razão pela qual os ordenamentos jurídicos, a partir dos anos 1990, incorporaram o crime de lavagem de dinheiro às suas leis penais e construíram instrumentos de cooperação com diversos agentes econômicos para obter informações sobre transações e operações suspeitas nos mais diversos setores.

Nesse contexto, a obra de Francisco Codevila é uma contribuição importante e oportuna, não apenas por aprofundar temas relevantes, como por fazê-lo sob a perspectiva de um magistrado, que lida com casos concretos, com capacidade de discorrer sobre aspectos teóricos e de refletir sobre sua aplicação prática.

A obra trata de inúmeros pontos, e tem a vantagem de focar nos mais polêmicos, que suscitam debates frequentes na jurisprudência, apresentando o histórico das diversas posições e teorias, as diferentes propostas de soluções, sem deixar de apontar aquela que julga a mais adequada ao nosso sistema jurídico e às diretrizes político criminais que entende mais vantajosas.

Há perspectivas originais e instigantes, como a relação entre a expansão do Direito Penal na sociedade de risco – com a progressiva proteção de bens coletivos e a antecipação da tutela penal nos crimes de perigo abstrato – e a abordagem legislativa e jurisprudencial do crime de lavagem de dinheiro, e a conexão

entre a importância desse delito nas políticas de combate ao crime organizado e as pressões internacionais, protagonizadas pelos Estados Unidos da América, para a persecução da ocultação de capitais, como instrumento de enfrentamento do tráfico de drogas e do terrorismo. Para o autor, isso que tem por consequência uma “*americanização*” do Direito Penal, em especial no campo do Direito Penal econômico, que interfere na redação e na interpretação das normas, e na incorporação de alguns institutos estranhos à tradição jurídica continental, como a equalização entre atos de conspiração, tentativa e consumação, ou a supressão das diferenças entre autores e partícipes.

Outro ponto relevante abordado diz respeito ao bem jurídico tutelado pela norma penal de lavagem de dinheiro. Longe de se tratar de uma mera questão acadêmica, a identificação correta do interesse protegido tem rendimento prático para o desenho dos contornos da conduta típica, para a definição da abrangência do elemento subjetivo e para a avaliação da extensão da reprovação em relação a eventuais partícipes. Ao tratar do tema, o autor se filia à tese, que entendemos a mais adequada, de que a norma tutela a administração da justiça. No entanto, vai além, e busca circunscrever a perspectiva concreta dessa administração que é afetada pela conduta típica: a função estatal de decretar a perda do proveito econômico da infração penal antecedente. A norma penal, segundo o autor, não tem o escopo de proteger a persecução penal, mas de garantir a recuperação do produto do crime pela administração da justiça. Para além de identificar de forma mais precisa o que se pretende tutelar, a proposição impacta o desenho do elemento subjetivo do delito, o dolo, que passa a abrigar a intenção de inviabilizar a pretensão estatal de recuperar o produto do ilícito penal antecedente. Com isso, afasta a ideia de um elemento subjetivo especial voltado ao ingresso dos bens na economia formal. Embora tenhamos posição divergente, a elegância e a sistematicidade do argumento merecem aplausos.

A obra ainda traz abordagens importantes, focadas em questões práticas e vivenciadas em julgamentos relevantes, como o concurso entre corrupção passiva e lavagem de dinheiro e a tormentosa questão sobre a consunção nesses casos. Com referências a precedentes e a debates doutrinários, o autor expõe

as divergências e propõe soluções concretas, orientando o intérprete diante de situações complexas.

Por fim, aborda tema ainda em discussão e de repercussão importante: o tratamento das informações de inteligência gerenciadas pelo Coaf. Ao abordar o Tema 990, em que o STF trata da dispensa de autorização judicial para a obtenção de dados do Coaf, o autor aponta suas lacunas e sugere caminhos para superar as dificuldades derivadas dessas incompletudes.

Trata-se de uma obra indispensável. Seja pela atualidade, seja pela profundidade com a qual aborda temas difíceis, seja pela facilidade com que trata de questões práticas relevantes, os estudos de Codevila merecem leitura atenta de parte de todos aqueles que se interessam pelo tema.

Pierpaolo Cruz Bottini